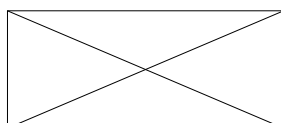




- ▣ [FUNDAÇÃO](#)
- ▣ [NOTÍCIAS](#)
- ▣ [SERVIÇOS](#)
- [Certificação](#)
- [Ocupacional](#)
- [Desenvolvimento de Competências](#)
- [Formulação de Políticas, Planos e Programas](#)
- [Intercâmbio e Cooperação](#)
- [Desenvolvimento Organizacional](#)
- [Desenvolvimento de Agentes Sociais](#)
- [Gestão de Projetos](#)
- [Estudos e Pesquisas](#)
- [Organização de Eventos](#)
- ▣ [EDITAIS](#)
- ▣ [CADASTRE-SE](#)



Agora: 428 Ações

**Continue participando
É muito importante!**

[HOME](#)
[EXTRANET](#)
[MAPA DO SITE](#)
[LINKS](#)
[FALE CONOSCO](#)

FLEM - Fundação Luís Eduardo Magalhães

NOTÍCIAS

Fundação Luís Eduardo Magalhães
Assessoria de Comunicação

A Tarde
06 de August de 2008

Pobreza em Salvador cai 25% em 6 anos

A pobreza diminuiu, a classe média cresceu e o número de ricos aumentou na Região Metropolitana de Salvador nos últimos sete anos. É o que revelam dois estudos divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas (Ipea) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O levantamento do Ipea mostra que o número de pessoas pobres na RMS – com renda igual ou inferior a meio salário mínimo – caiu de 49,9% para 37,4% no período de 2002 a 2008. Em relação à classe média, o levantamento da FGV aponta que ela já representa quase 52% da população das seis principais regiões metropolitanas do País, incluindo a RMS.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) registrou nos últimos anos expressiva redução da pobreza, mas ainda manteve um percentual acima da média nacional. Pesquisa divulgada ontem, em Brasília, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – órgão do governo federal – mostra queda, entre 2002 e este ano, de 49,9% para 37,4% na parcela da população da metrópole baiana com renda inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50). Em igual período, nas seis principais regiões metropolitanas do País – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife –, o recuo foi de 32,9% para 24,1% ou cerca de um terço. Os resultados representam a saída nas áreas pesquisadas de três milhões de pessoas da pobreza, diferença entre 14,3 milhões de 2002 e os atuais 11,3 milhões. Se considerar como ponto de partida o ano de 2003, a redução foi de quatro milhões de pessoas.

O percentual de indigentes (renda até R\$ 103,75) caiu pela metade desde 2003, de 13,7% para 6,6%, quase três milhões de pessoas nessa condição. Atualmente, 27,4% dos pobres são considerados indigentes, ante 38,6% de 2002. “Essas cidades têm um quarto da população brasileira, mas 40% do Produto Interno Bruto (PIB). Por isso, ilustram a mobilidade social verificada, sobretudo a partir de 2004”, disse Márcio Pochmann, presidente do Ipea.

Conforme o estudo Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano, as variações refletem a combinação de crescimento econômico, aumento do salário mínimo, políticas públicas de transferência de renda e outros incentivos, como crédito à agricultura familiar.

Para Pochmann, a pesquisa revela um aumento da participação da renda do trabalho, graças à forte geração de empregos com salários menores, mas também com a incorporação de empregados de maior escolaridade.

O número absoluto de pobres e indigentes na Região Metropolitana de Salvador, que chegou a 1,64 milhão em 2006, reduziu em 360 mil, para os atuais 1,28 milhão, ficando à frente de Belo Horizonte (1,14 milhão) e Porto Alegre (798 mil) e atrás de Recife (1,55 milhão). A maior queda na pobreza foi observada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde o número de pessoas pobres saiu de 38,3% da população em 2002 para a estimativa atual de 23,1%. A maior taxa de pobreza ficou com Recife (43,1%), que reduziu em 300 mil o número de pobres, seguida de Salvador (37,4%). Na outra ponta estão São Paulo e Porto Alegre, com as menores

taxas para 2008: respectivamente, 20,7% e 20%. Em números absolutos, as regiões que registraram maiores quedas na pobreza foram São Paulo e Rio, com respectivos recuos de 1,15 milhão e 571 mil pessoas.

RICOS – O relatório do Ipea apontou também aumento do número de ricos no Brasil desde 2003. Para Pochmann, a melhora da renda das famílias em todas as faixas se refletiu sobre os de maior salário graças a ganhos de produtividade e formas extras de remuneração, como investimentos financeiros e aluguéis: “Esses rendimentos adicionais ao trabalho ainda são pouco pesquisados. De toda forma, 90% da renda das famílias das classes mais favorecidas vem do trabalho”.

Em termos percentuais, os ricos nas seis regiões metropolitanas passaram de 0,8% da população (2002) para 1%, com ingresso de 28,1 mil. Em números absolutos, subiram de 448,4 mil para 476,5 mil. “Rico”, segundo a pesquisa, é o indivíduo pertencente a famílias cuja renda é igual ou superior a 40 salários mínimos ou R\$ 16,6 mil mensais.

Em Salvador, o percentual dos ricos ficou em quase todo o período próximo de 1% da população.

Este grupo está em 1,1%. O presidente do Ipea alerta que a chamada classe média clássica ou alta, dentro dos parâmetros adotados pelo governo, não está entre as maiores beneficiadas, pois depende da continuidade do crescimento econômico. Pochmann defende revisão no sistema tributário para taxar grandes fortunas e aplicar novas faixas de imposto de renda sobre grupos com renda ainda mais alta. Para ele, os grupos de salários mais altos conseguem agregar renda por outros meios. Além disso, reclama que as empresas não têm repassado os ganhos de produtividade em igual proporção aos salários.

Expansão econômica estimula o mercado de trabalho formal

MARJORIE MOURA

mmoura@grupoatarde.com.br

A redução da parcela da população de Salvador com renda inferior a meio salário mínimo ainda não pode ser sentida de maneira efetiva na capital baiana, que durante muitos anos ostenta a incômoda e histórica posição da região metropolitana brasileira com maior percentual de desempregados entre a população economicamente ativa. Mas o crescimento econômico tem aberto novas vagas no mercado de trabalho formal. Entre os beneficiados por essa nova tendência de emprego, o frentista Elder Sapucaia, 24 anos, comemora o fato de estar com a carteira assinada há um ano e um mês, após quase oito meses sem trabalho formal. “Fiquei fazendo bico durante este tempo e consegui esse emprego através da indicação de um amigo. Mas agora estou mais estabilizado”, disse Elder Sapucaia, que confessou vir utilizando muito o cartão de crédito para fazer compras depois que foi empregado.

Segundo ele, seu irmão de 27 anos, também está empregado há pouco mais de um ano com auxiliar de serviços gerais, enquanto o mais novo ainda é estudante.

Para a auxiliar de classe Maria das Graças dos Santos, 30 anos, a espera por um emprego durou dois anos, depois de trabalhar como operadora de caixa de uma cooperativa durante alguns anos. “Fiquei nove meses desempregada e procurava uma colocação todo dia, em toda parte.

Mas acabei conseguindo me empregar mesmo foi através de um anúncio de jornal e fiquei mais aliviada porque estava acostumada a ganhar meu dinheiro”, explicou enquanto olhava sapatos numa vitrine de um shopping center de Salvador.

Mais da metade da população do País já faz parte da classe média

AGÊNCIAS ESTADO E O GLOBO Rio de Janeiro

A classe média já representa mais da metade da população nas seis principais regiões metropolitanas do País. Com renda maior e comprando mais, as famílias que agora ocupam esta faixa foram as grandes beneficiadas pela estabilidade macroeconômica e pelo aumento do emprego com carteira assinada. É o que revela

o levantamento A Nova Classe Média, divulgado ontem pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Segundo a pesquisa, hoje há maior probabilidade de ascensão da classe média às camadas mais altas do que há seis anos.

Desde 2002, a participação da classe média na população economicamente ativa aumentou de 44,19% para 51,89% nas seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), que formam a base da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No levantamento da FGV, a classe C é classificada como classe média, com renda mensal domiciliar entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591.

RETRATO ATUAL – O economista Marcelo Nery, um dos coordenadores da pesquisa, usou dados da PME para traçar um retrato da atual classe média brasileira e sua evolução nos últimos seis anos. Ele aponta como um dos principais fatores que contribuíram para inflar esta faixa de renda a expansão nos empregos com carteira assinada.

“A classe média está comprando computador, automóvel.

O Brasil vive um momento interessante na sua classe média. Depois de anos de redução, desigualdade e miséria, floresce a nova classe média. E o aspecto mais simbólico disso é a volta da carteira de trabalho. Nós, pesquisadores, julgávamos isso em processo lento de extinção, mas há hoje um recorde histórico de geração de emprego formal com carteira, que nos últimos 12 meses registrou 1,8 milhão de postos de trabalho formais, sem reforma trabalhista”, afirmou Marcelo Nery.

Economista defende novas políticas públicas

LUIZ SOUZA

lsouza@grupoatarde.com.br

Apesar da redução da pobreza, a estrutura social que empurra grande parte da população brasileira para a parte de baixo dos gráficos de índice do desenvolvimento humano não se alterou. A avaliação é do diretor da Faculdade de Economia da Ufba, Wilson Meneses. Ele pondera que devem existir políticas públicas que ultrapassem a distribuição de renda, mas que primem pela qualificação do trabalhador, a fim de que ele seja beneficiado pelo crescimento econômico.

“Houve uma melhora relativa na distribuição de renda”, define o professor, reafirmando que o avanço não foi estrutural. Ele acrescenta que um paradigma que poderia ser seguido pelo Brasil é o de países asiáticos, nos quais a redução das desigualdades sociais teve como base a educação pública de qualidade.

A economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Bahia, Nádia Vieira, observa, porém, que o crescimento econômico é a base de políticas sociais do governo, como o Bolsa Família. “A concentração de renda no País ainda é muito alta”, afirma a pesquisadora. Ela acrescenta que a política assistencial passa por uma nova fase, na qual os beneficiados do Bolsa Família são capacitados para o mercado de trabalho.

Em relação à pobreza na Bahia, ela cita dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que estima em cerca de 49% da população do Estado o volume de pessoas remuneradas pelo mínimo.

[← VOLTAR](#) [TOPO →](#)